

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL

**Prefeito Municipal**

Bruno Covas

Controlador Geral do Município

Gustavo Ungaro

Controlador Adjunto

Orlando de Assis Baptista Neto

Chefe de Gabinete

Luiz Fernando Prudente do Amaral

Coordenadores

Rafael Donofre Forghieri

Roberta Muniz Codignoto

Luciana Russo

Maria Beatrix De Gouvea Ratto

Maria Lumena Balaben Sampaio

Rodrigo Aluani Prata Campos

Chefes das Assessorias

Rodrigo Morello Alves

Daniel Ribeiro Barcelos

Carlos Figueiredo Mourão

Elaboração

Equipe da Assessoria Técnica do Gabinete do Controlador

Eberson Marques de Freitas

Fábio Fernandes Libonati

Renata Figueredo Andrade de Oliveira

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	04
INTRODUÇÃO.....	05
COORDENARIA DE AUDITORIA GERAL.....	08
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE.....	09
CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	12
OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	15
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.....	18
COORDENADORIA DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.....	20
ASSESSORIA DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA.....	21
ASSESSORIA TÉCNICA.....	23
ASSESSORIA JURÍDICA.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

APRESENTAÇÃO

Os resultados da imprescindível atuação do controle interno da maior cidade brasileira estão agora publicados, no primeiro relatório geral de prestação de contas da Controladoria Geral do Município - CGM, que acaba de completar 5 anos desde sua instituição por lei.

2018 foi ano de relevantes conquistas institucionais: a afirmação expressa da autonomia técnica, administrativa e orçamentária da CGM, por meio da Lei Municipal nº 16.974/2018, proposta e sancionada pelo Prefeito Bruno Covas, e o aumento do quadro de funcionários concursados – mais 20 Auditores Municipais de Controle Interno e 10 Agentes de Gestão de Políticas Públicas.

A transparência pública teve forte impulso, com inovações no Portal da Transparência (www.transparencia.prefeitura.sp.gov.br), contemplando dados georreferenciados no mapa da cidade, já na primeira página, ao rol de 15 aplicativos de celular gratuitos para o cidadão, passando por informações gerenciais em formatos de gráficos e tabelas, dentre outras mudanças para incentivar o controle social.

Elaborou-se, com a sociedade civil, Plano de Governo Aberto 2019-2020, renovando o compromisso da Capital com a Parceria para o Governo Aberto (*OGP – Open Government Patnership*), e houve participação na Cúpula Global da OGP, em Tbilisi, na Geórgia. Além disso, registrou-se presença na Cúpula de Cidades Abertas (*Open Cities Summit*) e na Conferência Internacional de Dados Abertos (*International Open Data Conference*), ambas realizados em Buenos Aires, realçando a disposição paulistana para a intensificação da agenda de transparência, eficiência e participação.

A CGM desempenhou a Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Combate à Corrupção – FOCCO/SP, que se reuniu na Prefeitura de SP pela primeira vez, e participou ativamente do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno, da ENCCLA e de iniciativas com Banco Mundial, Transparência Internacional e outras instituições.

Fortelecer o controle interno é propiciar a melhoria da gestão, a supremacia da integridade e o pleno respeito ao cidadão, com resultados efetivos a favor do interesse público, como demonstrado neste sucinto relatório.

INTRODUÇÃO

Neste relatório serão apresentados os principais resultados da Controladoria Geral do Município no ano de 2018.

Para facilitar a compreensão dos resultados, o relatório foi dividido de acordo com cada Coordenadoria que compõe a CGM, destacando-se o trabalho dos servidores do controle interno municipal e o fortalecimento da integridade pública brasileira.

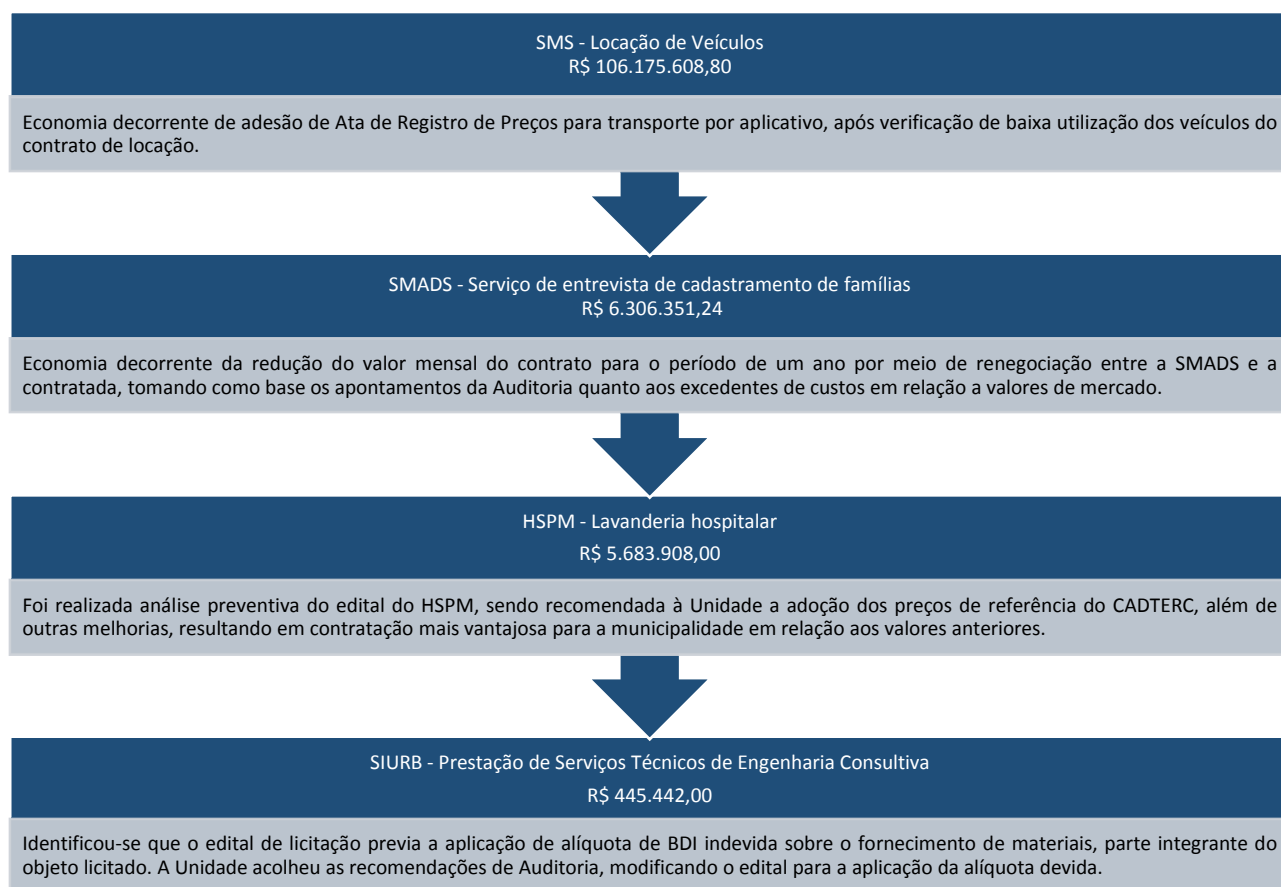
Custo total para manutenção da CGM em 2018:

R\$24.781.419,27

A economia efetiva por melhorias de processos foi calculada em

R\$ 118.722.310,04*

Principais Recomendações/Constatações



Ou seja, a cada R\$ 1,00 investido na Controladoria em 2018, retornaram aos cofres públicos o valor médio de **4,70**.

Apurada economia potencial de

R\$ 1.086.981.387,61*

Principais Recomendações/Constatações

SMSUB - Iluminação Pública: R\$ 590.900.000,00

Foi detectada que havia previsão de reinvestimento a partir do 12º ano, sendo que a vida útil dos equipamentos era de 20 anos. Consta do relatório o potencial advindo do melhor aproveitamento dos equipamentos



SMSUB - Iluminação Pública: R\$ 379.120.503,89

No modelo de custo utilizado pelo Edital previa-se que o gasto com energia elétrica estaria embutido no valor do contrato. Todavia o cálculo realizado da tarifa onerava excessivamente a PMSP acima do valor de mercado, constando do relatório o potencial benefício da contratação direta da energia.



SMSUB - Manutenção de Passeios: R\$ 53.343.506,18

A composição de custos das planilhas de orçamento adotada foi a contratação de serviços (da Tabela de Composição de Custos para Edificações SMSO) de forma individualizada, fato que resultou em valores menos vantajosos para a PMSP, quando comparados à contratação de serviços completa, constando do relatório potencial benefício da modificação para a contratação de serviços completa.

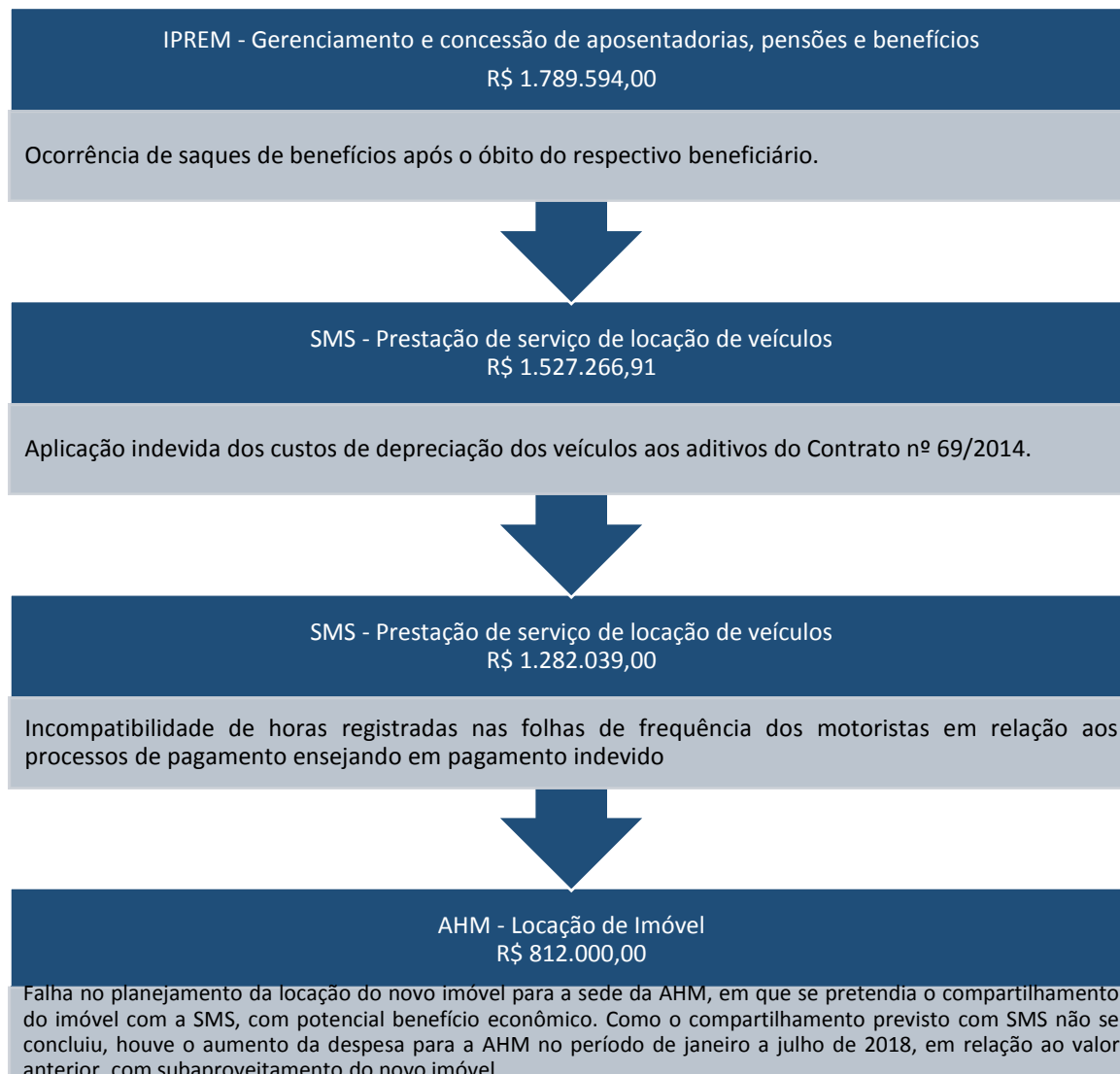


SMADS - Serviço de entrevista de cadastramento de famílias: R\$ 18.743.746,45

Foram apontados excedentes de custos em relação a valores de mercado para todas as categorias do modelo de composição de custos, incluindo o BDI. Que decorreram de um processo de contratação por dispensa de licitação. Foi indicado o potencial benefício econômico da redução do custo contratado para os serviços pela implementação de um modelo licitatório competitivo.

O prejuízo apurado foi de
R\$ 7.401.309,87*

Principais Constatações



12 empresas punidas com base na Lei Anticorrupção, entre elas:

- ✓ Bruno Soares Bernardo Produção Cultural – Eireli em R\$180.000,00
- ✓ JJ Produções e Cobranças Ltda em R\$ 74.563,60
- ✓ Beca Cine Vídeo & Eventos Artísticos Eireli em R\$ 50.000,00
- ✓ Bóia-Fria Produções Ltda – ME em R\$ 31.008,00

Quantitativo das multas aplicadas **R\$ 462.580,81***

*Quantificação e registro decorrentes das atividades do controle interno – AUDI e CORR

AUDI

COORDENADORIA DE AUDITORIA GERAL

A Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI) tem suas atribuições voltadas prioritariamente a realização de auditorias e fiscalizações. Uma auditoria se inicia após a emissão de uma “Ordem de Serviço” e conclui-se com um “Relatório de Auditoria”, que é publicado na íntegra no portal institucional da CGM na internet.

Os trabalhos realizados pela AUDI reúnem achados que podem envolver erros ou fraudes com potencial de acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Abaixo, seguem alguns números dessa Coordenadoria em 2018:



Outras ações que tiveram a liderança ou participação da AUDI foram:

- Curso de formação básica em controle interno para as unidades setoriais de controle interno;
- O desenvolvimento de dois Programas de Integridade e Boas Práticas, para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (SUB/MG);
- Elaboração do Manual de Pesquisa de Preços para a PMSP.

COPI

COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE

A promoção da integridade e da ética pública também é tema de preocupação da CGM. Nessa linha, para promover a transparência, a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção e situações de conflito de interesses, a Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) mantém o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos, além de desenvolver atividades e capacitações junto aos servidores e munícipes. Compete também à COPI, em parceria com GEOINFO, o levantamento, atualização e diagnóstico do Catálogo Municipal de Bases de Dados – CMBD, Meta 49 do Programa de Metas 2017-2020 da Prefeitura Municipal de São Paulo, e o desenvolvimento do Programa de Integridade e Boas Práticas, em parceria com a AUDI, que constitui uma linha de ação da Meta 50.

Abaixo, seguem alguns dados das atividades dessa Coordenadoria em 2018:



5.789.287

Páginas visitadas



2.331.807

Páginas visitadas



776

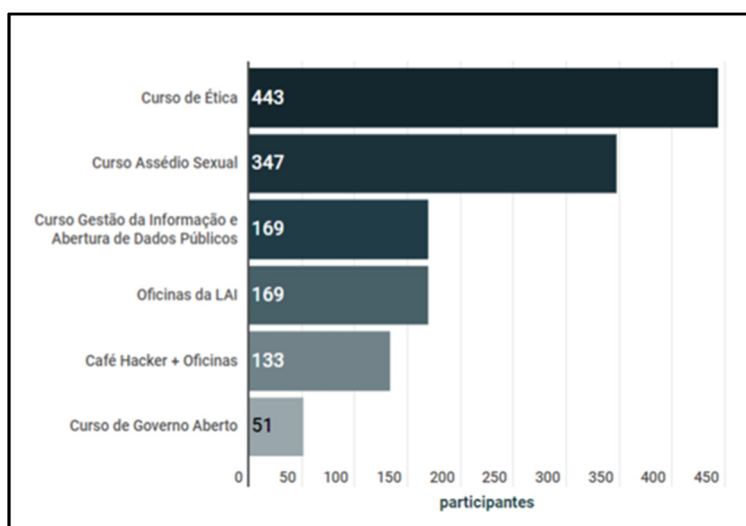
Bases de dados atualizadas

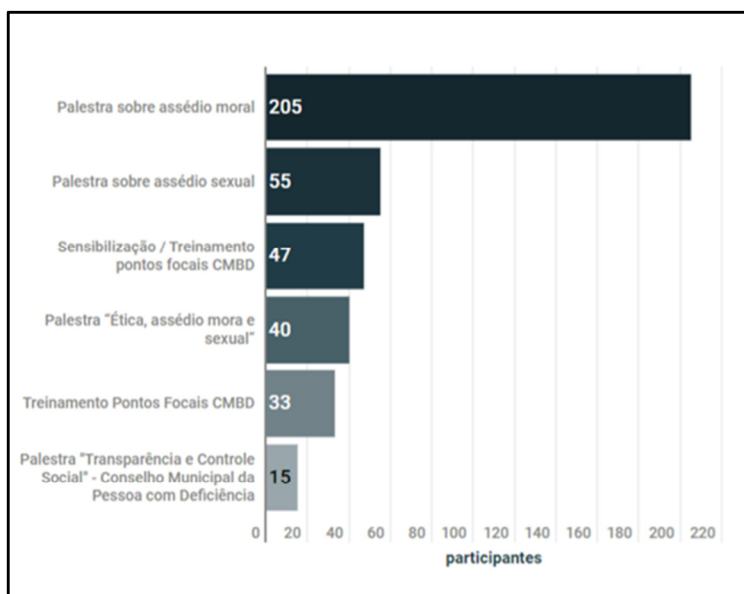


08 eventos Café Hacker

10 oficinas da LAI

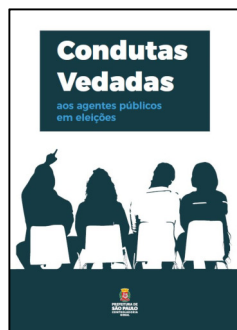
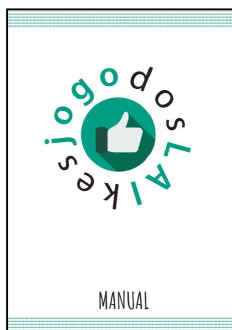
- Participação no desenvolvimento do Programa de Integridade e Boas Práticas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e na Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (SUB/MG);
- Participação no lançamento do novo Portal da Transparência do Governo Federal do Brasil – troca de conhecimentos e parceria para o desenvolvimento do Novo Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo.
- Evento em comemoração aos 06 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e apresentação da Rede Info Aberta;
- Co-organização do III Encontro Brasileiro de Governo Aberto, em parceria com outros entes de governo e da sociedade civil.
- Co-criação do 2º Plano de Ação em Governo Aberto;
- Apresentação do Projeto “Monitoramento de Obras Públicas” para o Secretariado e criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial para a implementação do Projeto.
- Desenvolvimento do novo Layout para o Portal da Transparência (sem contratação externa) com novas funções e maior integração dos dados municipais de outros Portais.
- No ano de 2018, a COPI realizou diversos cursos e palestras em parceria com a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP), com Subprefeituras e entidades de controle interno:



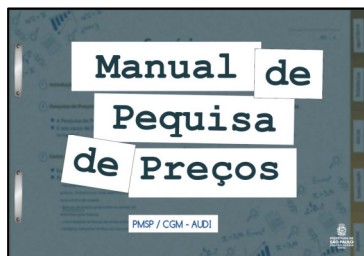


Publicação de:

- Manual do "Jogo dos LAIkes" (COPI);
- Manual do Catálogo Municipal de Bases de Dados (COPI);
- Cartilha de Condutas Vedadas nas Eleições (COPI);
- Relatórios anuais da Lei de Acesso à Informação (COPI/OGM);
- Vídeos para o Facebook institucional da CGM (editados e elaborados pela COPI);
- Manual de Pesquisa de Preços (AUDI/COPI);
- Portaria 91/2018 sobre os responsáveis e procedimentos internos relacionados à LAI – Lei de Acesso à Informação (COPI);
- Minuta de Decreto para a institucionalização de um Comitê Gestor do Portal da Transparência (COPI);
- Fluxo do e-SIC – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (COPI).



*Cartilha de Condutas Vedadas nas Eleições



CORR

CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

As atribuições da Corregedoria Geral do Município (CORR) estão associadas à apuração de responsabilidade de agentes públicos por irregularidades administrativas, à proposição ao Controlador Geral para instauração de apurações e procedimentos disciplinares e à condução dos Processos de Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica, entre outras competências.

A Corregedoria também analisa as denúncias apresentadas à Ouvidoria Geral do Município, as quais podem ensejar a remessa para as Secretarias ou Subprefeituras realizarem a apuração preliminar dos fatos (o que será acompanhado pela Corregedoria) ou, tratando-se de casos graves, instaurar desde logo uma sindicância ou um processo para aplicação de punição.

Importante ressaltar o trabalho que a CORR vem desenvolvendo na aplicação da Lei nº 12.846/2013, chamada de Lei Anticorrupção, que foi regulamentada no âmbito do Município de São Paulo pelo Decreto nº 55.107/2014.

Abaixo, seguem alguns números dessa Coordenadoria em 2018:

- Concluída Força Tarefa constituída pela Portaria 33/2017/CGM-CORR, referente aos processos do ano de 2015 (Portaria nº 20/2018/CGM-CORR);
- Constituída Força Tarefa referentes aos processos do ano de 2016, por meio da Portaria nº 21/2018/CGM-CORR, concluída por meio da Portaria nº 32/2018/CGM/CORR.

Sindicâncias Comuns:

Em 2018, 46 novas sindicâncias comuns foram instauradas pela CORR que, somadas as 79 sindicâncias abertas até 2017, chegou-se a um total de 125 investigações. No decorrer do ano, 52 foram concluídas com a elaboração de relatórios e 73 estão em andamento.



Sindicâncias Patrimoniais:

A CORR instaurou 81 novas sindicâncias patrimoniais no decorrer de 2018, que, somadas as 69 investigações em andamento até o dia 31 de dezembro de 2017, resultou em 150 sindicâncias patrimoniais para apuração. Desse número, 26 foram concluídas com apresentação de relatórios e 124 estão em andamento.



Processos de Responsabilização:

Foram instaurados 08 novos processos no decorrer de 2018, que, somados ao saldo de 2017, resultou em 29 processos. Em 2018, a CORR concluiu 12 processos de Responsabilização de Pessoa Jurídica, com base na Lei Anticorrupção. Estão em andamento 17 apurações.



12 empresas punidas com base na Lei Anticorrupção

OGM

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Ouvidoria Geral do Município (OGM) tem trabalhado para orientar a atuação das unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades da Prefeitura de São Paulo, examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos, receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios dos cidadãos, entre outras atividades. Ressalte-se, ainda, o intenso intercâmbio com outros órgãos de ouvidoria, seja na condição de palestrante em eventos dedicados ao tema, seja como ouvinte e promovendo o intercâmbio de informações.

O trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Municipal resulta em uma maior aproximação com o munícipe, demonstrando a importância da coordenadoria dentro da estrutura da CGM. Para tanto foram potencializadas as mídias eletrônicas ogm@prefeitura.sp.gov.br e denunciaogm@prefeitura.sp.gov.br

Pedidos de acesso à informação: Foram registrados **8.103** pedidos de informação no e-SIC de janeiro a dezembro/2018. A Ouvidoria Geral analisa também os recursos de 2ª instância, sendo registrados, 761 recursos (**169 indeferidos, 529 respondidos pelos órgãos e 63 em trâmite/ 40 em 3ª instância recursal com tramitação para CMAI – Comissão Municipal de Acesso à Informação, o que representa 80% de efetividade na apreciação dos recursos em 2ª instância**).

Dados sobre elogios, reclamações e sugestões.



* **SIGRC** – Sistema Integrado do Relacionamento com o Cidadão. Trata-se de sistema de registro, gerenciamento e tratamento de solicitações realizadas por telefone (Central 156), presencialmente nas praças de atendimento, portal de atendimento on-line (<https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/>) ou por aplicativo (SP156).

Sobre as denúncias:



Das denúncias registradas, que apresentaram condições de admissibilidade, 53% se referiam à “conduta irregular de servidor público”, o que implicou no direcionamento para a Corregedoria Geral.

Importante mencionar que há um percentual significativo de denúncias reclassificadas após análise, visto que muitas, na verdade, se tratam de reclamações.

Atividades normativas com a colaboração de OGM:

Manuais, alterações normativas e outras publicações com a participação da OGM.

- Decreto 58.426, de 18 de setembro de 2018, que regulamentou a Lei 13.460/2017 – Defesa do Usuário do Serviço Público;
- Portaria de Procedimentos e Operacionalização do Sistema de Ouvidorias Municipais;
- Portaria de criação do GT para implementação do Decreto 58.426/2018;
- Atividades de elaboração de Manuais pela OGM;
- Operacionalização do SIGRC para as ações de ouvidorias (descentralização);
- Pedidos de informação e-SIC (atualização).

Articulação Externa da OGM com Órgãos e Ouvidorias Públicas e Privadas na condição de palestrante:

- 04/07 – Encontro de Ouvidorias Estado do Amazonas (Manaus)
- 02/08 – Encontro Estadual Ouvidores SUS Paraná (Curitiba)
- 05/09 – 1º Workshop – CGM/OGM e SMIT/CASP (São Paulo)
- 19/09 – Comitê de Consumo, Vida e Cuidado no Atendimento – ABRAREC (São Paulo)
- 20/09 – Escola do Parlamento – Controle Social na Administração Pública (São Paulo)
- 18/10 – SMIT / Atendimento Presencial: além dos paradigmas (São Paulo)
- 22 e 23/11 – XXI Congresso Brasileiro de Ouvidores e Ombudsman (São Paulo)
- 27 e 28/11 – II Semana de Ouvidores de Pernambuco (Recife)
- 30/11 – 2º WORKSHOP – Ouvidoria Geral / balanço semestral (São Paulo)
- 07/08 – como ouvinte – Trabalho sem Assédio – Ouvidoria Geral do Estado São Paulo (São Paulo)
- 12/12 – Palestra na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) sobre “Ouvidoria como Canal de denúncia sobre Assédio Moral”

Outras ações da OGM:

- Estudo de sistemas de registros de atendimento e processamento em ouvidoria – OUVDF e SIGRC
- Elaboração de Indicadores Internos;
- Participação da análise de textos e projetos realizados por associações de Ouvidoria:
- Presença na Comissão Julgadora Prêmio Ouvidoria Brasil – ABRAREC
- Presença na Comissão Julgadora artigos Revista Científica ABO Nacional – Ouvidoria e Educação Corporativa
- Contribuição para o Programa de Integridade de AUDI por meio de fornecimento de dados estatísticos e visitas técnicas (SMADS e SUB- Vila Maria).

CAF

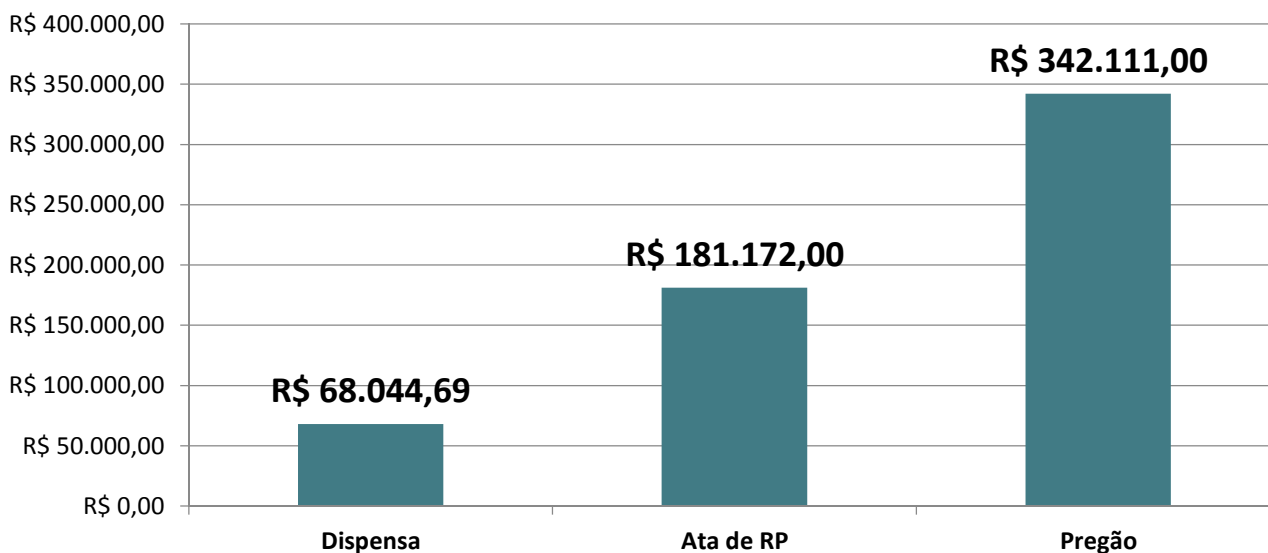
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Coordenadoria de Administração e Finanças (CAF) da CGM é responsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros, os contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres; além da gestão patrimonial, de equipamentos de informática e de recursos humanos do órgão.

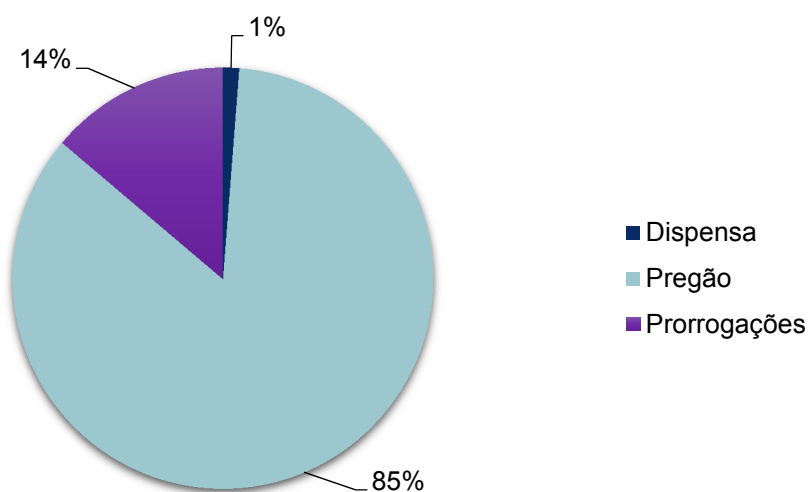
Em 2018, os resultados em economia contratual promovidos pelos esforços da Coordenadoria são o grande ponto de destaque. É importante salientar que a CAF exerce as mesmas atribuições em apoio à Secretaria Municipal de Justiça (SMJ).

Sem levar em consideração as prorrogações de contrato que se deram sem aplicação de reajuste e as eventuais supressões de quantitativo que ocorreram em alguns ajustes, apura-se uma economia de R\$ 3.476,95 na diferença de valor orçado e contratado nos processos de Dispensa de Licitação, uma economia de R\$ 238.544,40 na diferença de valor orçado e contratado nos processos de Pregão Eletrônico e uma economia de R\$ 38.916,96 em negociações durante as prorrogações de contrato.

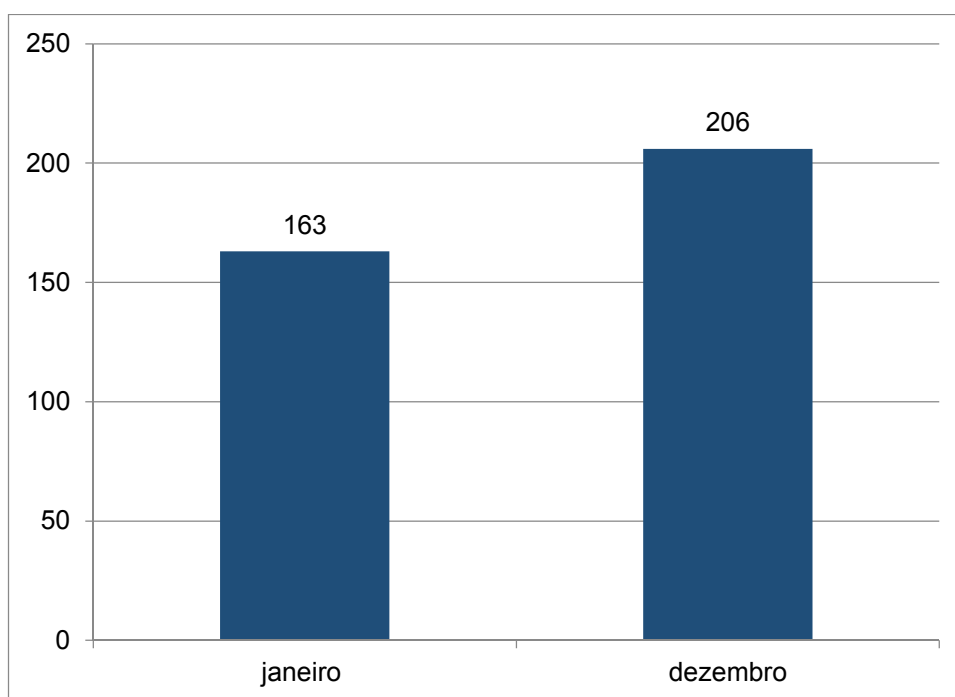
CONTRATAÇÕES 2018



Economia com contratações



Número de servidores em 2018 na CGM



CODUSP

COORDENADORIA DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

A CODUSP tem por atribuições, nos termos do Decreto 58.426/2018, entre outras:

- Planejar, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do usuário de serviços públicos prestados direta ou indiretamente pelo Município de São Paulo;
- Mediar os conflitos entre os usuários de serviços públicos e os prestadores de serviços, designando audiência de mediação entre as partes, caso haja necessidade;
- Promover a capacitação e treinamento relacionados às atividades da Coordenadoria;
- Incentivar a criação e o desenvolvimento de entidades municipais e civis de defesa do usuário;



- Importante salientar que a CODUSP, diante de sua recente incorporação pela Controladoria Geral do Município, encontrava-se, em 2018, em fase de organização e estruturação.

APRI

ASSESSORIA DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA

A Assessoria de Produção de Informações e Inteligência (APRI) tem responsabilidades ligadas à coleta de informações estratégicas, realização de análises e estudos de técnicas de investigação que permitem identificar ilicitudes praticadas por agentes públicos, além de promover outras atividades relacionadas a coleta, análise e monitoramento de dados.

Importante lembrar que APRI é a assessoria que gerencia o Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos (SISPATRI) na Prefeitura de São Paulo. O sistema é de fundamental importância para o acompanhamento das evoluções patrimoniais dos servidores.

Resumo das ações realizadas por APRI em 2018:



- Elaboração de 185 relatórios de inteligência de análise patrimonial preliminar;
- Elaboração de 80 manifestações (59 para CORR e 21 para PROCED) em 53 diferentes processos de apuração de possível enriquecimento ilícito. Nas manifestações solicitadas pelo Departamento de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Município (PROCED) em processos judiciais, atua como assistente técnico do município.

Parcerias celebradas em 2018:

- Ministério do Trabalho – Acesso às informações da RAIS das empresas com sede no município de São Paulo;



SISPATRI SISTEMA DE REGISTRO DE BENS DOS AGENTES PÚBLICOS

Foram oito parcerias para o compartilhamento do SISPATRI:

Petrobrás	Prefeitura de Sorocaba
CGDF	CGE-RJ
Prefeitura de Jarú	CGM-Guarulhos (em andamento)
CGM-São Luís	CGE-CE (em andamento)

Ações relacionadas à análise de dados:

- Trabalho em conjunto com a CGU para levantamento de indícios de acúmulo de cargos indevidos entre a PMSP e União;
- Trabalho em conjunto com a CGU para levantamento de indícios de liberação indevida do benefício Bolsa Família a servidores municipais;
- Planejamento em conjunto com os integrantes da Rede ODP para realização do estudo sobre o tema “benefícios previdenciários”, a ser realizado em 2019. O tema foi o selecionado pelos integrantes segundo metodologia da CGU.

Gerenciamento de demandas de desenvolvimento de sistemas:

- Adaptação do sistema SISPATRI às regras do IR 2018;
- Implementação de melhorias no sistema SISPATRI referentes à usabilidade do sistema, em atendimento às necessidades relatadas pelas unidades de RH da PMSP.

Ainda:

- Apoio à ouvidoria na realização de prova de conceito do sistema OUV-DF;
- Administração do sistema SISPATRI, com treinamento e suporte intensivo às unidades de RH durante os meses de abril e maio;
- Proposta de melhoria no decreto 53929/2013, que regula a declaração de bens no SISPATRI;
- Participação na 4ª e 5ª ação do FOCCO-SP.

ASSESSORIA TÉCNICA

A Assessoria Técnica do Gabinete (AT) tem a função de elaborar estudos, pareceres técnicos e análise que sirvam de base a decisões, determinações e despachos do Controlador Geral. Outra importante atribuição da Assessoria Técnica é a de promover uma melhor articulação entre as Coordenadorias da CGM em questões relacionadas a temas transversais.

No intuito de promover melhores práticas de planejamento organizacional na CGM, a Assessoria Técnica tem buscado, com a direção do Gabinete do Controlador, instituir uma visão estratégica para o órgão, com a utilização de ferramentas de planejamento e a construção de planos estratégicos e operacionais.



Algumas ações promovidas pela AT em 2018:

- Prospecção de novas ferramentas tecnológicas para a CGM;
- Estudo acerca de regulamentação no município de São Paulo da Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público;
- Entrega da [Carta de Serviços ao Usuário](#);
- Minuta de Portaria sobre procedimentos no âmbito dos Acordos de Leniência na CGM;
- Intermediação de acordos ou termos de parceria (CG-DF e CGU-CGM);
- Auxílio nos estudos para elaboração e proposição de minuta do Sistema de Ouvidoria Municipal;



- Atuação constante no Programa de Metas: ponto focal institucional e líder de projetos, com proposição de portaria de governança interna;
- Curso “Conflito de Interesses no Combate à Corrupção” realizado na EMASP;
- Elaboração do Planejamento Estratégico da CGM;
- Produção de Notas Técnicas;
- Concepção de um Curso de Gestão de Riscos já em fase final;
- Atualização mensal dos projetos estratégicos da CGM;
- Preparação de relatório de atividades 2018;
- Preparação de apresentações institucionais da CGM;
- Participação do processo de Planejamento de Pessoal da CGM;
- Execução da estratégia de implantação das unidades de controle interno;
- Parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (COGEDI) da Secretaria Municipal de Gestão - SMG para previsão, nos decretos de reorganização das secretarias municipais, das atividades de controle interno no rol de atribuições de unidades internas das pastas secretariais;
- Elaboração, em parceria com AUDI, da Portaria CGM nº 28/2018, que disciplina a indicação e designação dos responsáveis;
- Gerenciamento das indicações de servidores para atuação como responsáveis pelas atividades de controle interno dentro das Secretarias;
- Gerenciamento do Curso de Capacitação para elaboração do Plano de Trabalho (previsão da Portaria nº 28/2018) dos responsáveis pelas atividades de controle interno dentro das Secretarias;
- Elaboração da minuta de Decreto para o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, com auxílio de AUDI;
- Confecção da Minuta do Estatuto da Rede Paulista de Controladorias.



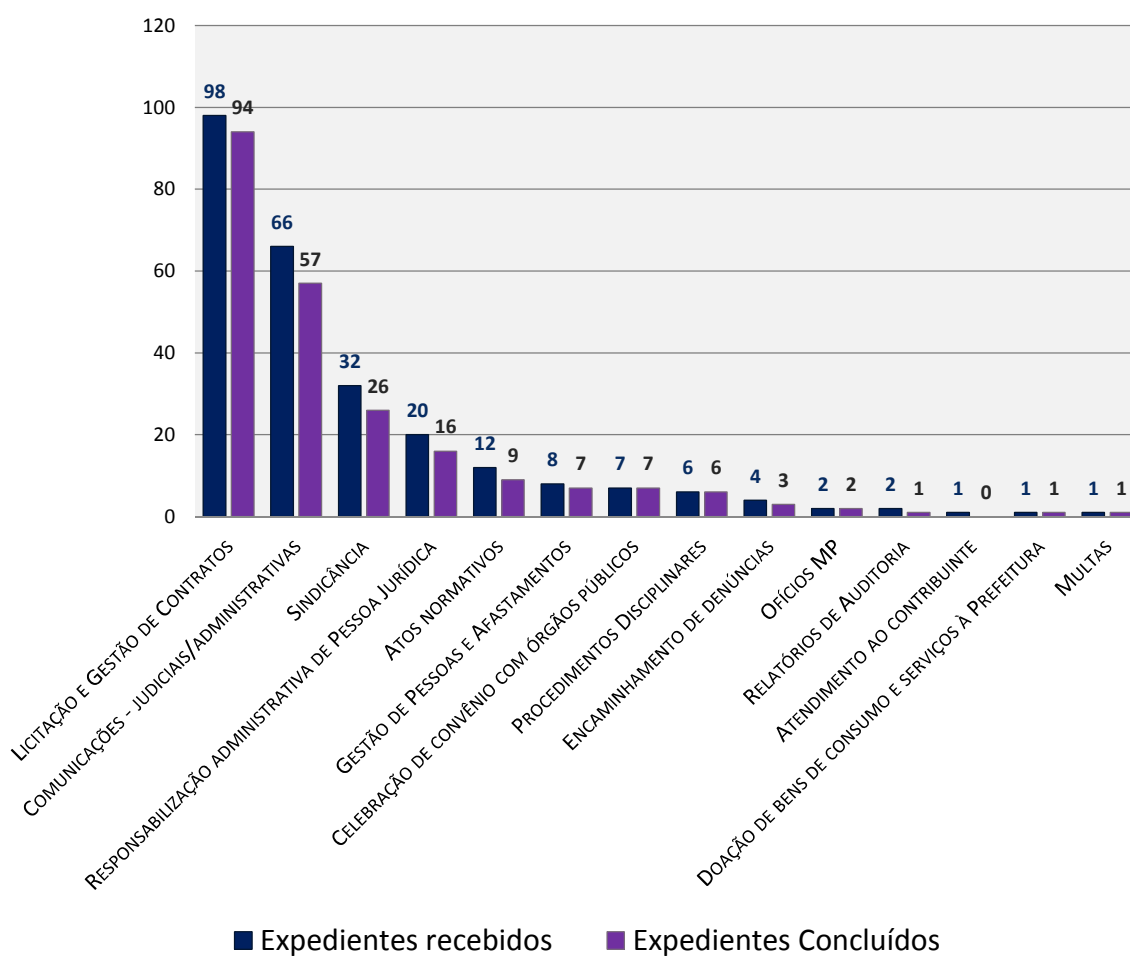
ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica da Controladoria Geral do Município tem como competência manifestar em todos os expedientes e processos, exarando o posicionamento técnico-jurídico, desempenhando as atividades de consultoria e assessoramento, além de executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação.

Além das atividades acima, a assessoria jurídica tem buscado estabelecer com outros órgãos da advocacia pública e dos órgãos de controle troca de experiências, objetivando a promoção de atividades conjuntas para o aprimoramento constante da Controladoria.

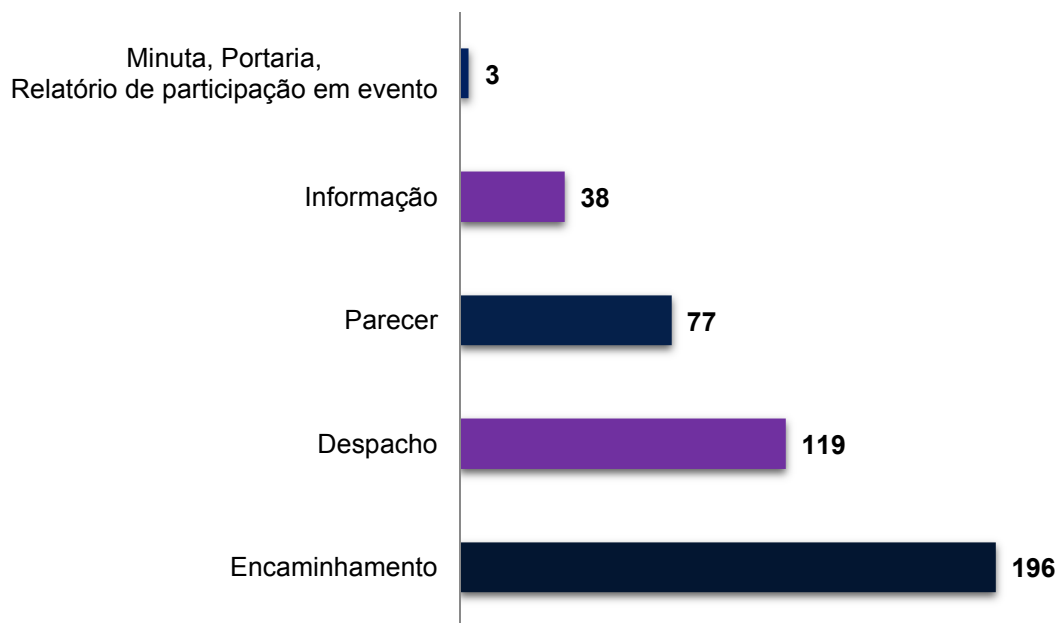
No exercício de 2018 a assessoria se manifestou nos seguintes expedientes:

Expedientes Recebidos e Concluídos em 2018



Foram gerados no período 433 documentos:

Documentos Gerados em 2018



REFERÊNCIAS

Para mais informações e detalhamento acesse os links:

- CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: http://bit.ly/Controladoria_SP
- COORDENADORIA DE AUDITORIA GERAL: http://bit.ly/Audi_Geral
- COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE: http://bit.ly/Promocao_Integridade
- CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO: http://bit.ly/CORR_Geral
- OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO: http://bit.ly/Ouvidoria_Geral
- COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: http://bit.ly/CAF_Adm_Financas
- COORDENADORIA DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO: <http://bit.ly/CODUSP>
- LEGISLAÇÃO: http://bit.ly/Legislacao_CGM
- PROGRAMA DE METAS: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
CONTROLADORIA
GERAL**